



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**EDITAL Nº SEI-PE CRM-ES 90023/2026/2026 - CRM-  
ES/SECGER/GEADM/CPC**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

90.023/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

926692

**OBJETO**

Contratação serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL TRIENAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 62.988,12**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **30/06/2026** às **09h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço

**MODO DE DISPUTA:**

aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS  
EXCLUSIVO**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO 5

<u>4.</u>	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
<u>5.</u>	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
<u>6.</u>	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFIC. PROPOSTAS E FORM. DE LANCES	8
<u>7.</u>	DA FASE DE JULGAMENTO	11
<u>8.</u>	DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
<u>9.</u>	DO TERMO DE CONTRATO	16
<u>10.</u>	DOS RECURSOS	18
<u>11.</u>	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
<u>12.</u>	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
<u>13.</u>	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

## **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES Nº 90.023/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 004/2026**

**PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000834-3**

### **EDITAL**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** - CRM-ES, sediado na Rua Emília Franklin Mululo, nº 228, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-730, por meio De sua Comissão Permanente de Contratação, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para o item a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- 2.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.11. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a

contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso e os valores máximos admitidos constam na tabela do item 1 do Termo de Referência.

### **4 . DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de

distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo

parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e **trienal/total** do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo,



quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos,

com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente

de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2 empresas brasileiras;

6.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de

sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de

Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 contiver vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no



Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio digital/eletrônico, exclusivamente via sistema de compras do Governo Federal. <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em

sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (DUAS) horas**, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta

subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, o CRM-ES poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (DEZ) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (CINCO) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (CINCO) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal –

Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10.DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo

- Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6 fraudar a licitação;
- 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1 advertência;
- 11.2.2 multa;
- 11.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a

contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por e-mail [licitacoes@crmes.org.br](mailto:licitacoes@crmes.org.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.crmes.org.br](http://www.crmes.org.br).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I – Termo de Referência;

13.11.2 Anexo II – Mapa de Gerenciamento de Riscos;

13.11.3 Anexo III – IMR;

13.11.4 Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.5 Anexo V – Modelo de Proposta de Preços;

13.11.6 Anexo VI – Termo de Ciência e Concordância;

13.11.7 Anexo VII – Declaração referente à realização de Vistoria

Vitória/ES, 16 de junho de 2026.

**Dra. KAROLINE CALFA PITANGA**  
**Presidente do CRM-ES**



Documento assinado eletronicamente por **Karoline Calfa Pitanga, Presidente do CRM-ES**, em 11/06/2026, às 17:10, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4372895** e o código CRC **3B4F1EE4**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,  
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |  
CEP 29050-730 | Vitória/ES -  
<https://crm-es.org.br/>









CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**TERMO DE REFERÊNCIA 14.133/21 PREGÃO/CONCORRÊNCIA Nº SEI-9 -  
CRM-ES/SECGER/GEADM/CPC**

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES Nº. 004/2026  
PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000834-3  
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.023/2026**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS  
DE ENGENHARIA, EXCETO TIC

LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC - Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR MENSAL	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL TRIENAL
1	Prestação de serviços de manutenção do elevador da sede do CRM-ES.	3557	SERVIÇO	R\$ 1.749,67	36 MESES	R\$ 62.988,12

1.1.1. Localização da sede do CRM-ES: Rua Professora Emília Franklin Mululo, nº. 228,

## **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O serviço objeto desta contratação é classificado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Esta classificação justifica-se pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade da manutenção preventiva e corretiva de elevadores podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Trata-se de uma atividade cujos requisitos técnicos são amplamente dominados por empresas do setor, baseando-se em normas técnicas da ABNT e prescrições padrões do fabricante (Thyssen Sur), o que permite a comparação objetiva entre as propostas por meio do critério de menor preço.

1.3. Em estrita observância ao art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto nº 10.818/2021, a Comissão de Planejamento certifica que o objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo. A justificativa baseia-se nos seguintes critérios:

1.3.1 Essencialidade: O serviço é indispensável para garantir a acessibilidade e o funcionamento da infraestrutura física da sede do CRM-ES. Sem o elevador, o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida às dependências da Autarquia ficaria vedado, violando preceitos constitucionais e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

1.3.2 Simplicidade e Funcionalidade: A contratação visa apenas manter o equipamento em condições seguras e normais de uso. Não estão sendo solicitadas modernizações estéticas supérfluas, adornos de alto valor ou tecnologias que excedam a necessidade básica de transporte vertical seguro e eficiente.

1.3.3 Finalidade Pública: O objetivo é a preservação do patrimônio público e a segurança dos usuários (médicos, funcionários e cidadãos), atendendo estritamente ao interesse público e à eficiência administrativa.

1.3.4 Inexistência de Ostentação: Os componentes e peças a serem fornecidos (cabos, polias, óleos) possuem natureza estritamente técnica e funcional, possuindo similares no mercado com características padronizadas, sem qualquer traço de opulência ou requinte desnecessário.

## **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista:

1.4.1 Necessidade Permanente: A manutenção do elevador é uma atividade acessória e instrumental essencial ao funcionamento da sede do CRM-ES, decorrente de uma necessidade prolongada e ininterrupta para garantir o transporte vertical e a circulação de pessoas no edifício;

1.4.2 Segurança e Acessibilidade: A interrupção dos serviços compromete diretamente a segurança dos usuários e o cumprimento das normas legais de acessibilidade, sendo o elevador o único meio de garantir o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos pavimentos superiores da Autarquia;

1.4.3 Preservação Patrimonial: Trata-se de serviço destinado à manutenção da integridade e vida útil de bem móvel (elevador Thyssen Sur), cuja paralisação ou ausência de assistência técnica preventiva acarreta o desgaste prematuro do equipamento e riscos de falhas catastróficas.

1.5. A vigência plurianual é comprovadamente mais vantajosa considerando que:

1.5.1 Economicidade e Eficiência Administrativa: A realização de processos licitatórios anuais para o mesmo objeto geraria custos processuais e operacionais elevados para

o Conselho, sendo a estabilidade contratual de longo prazo capaz de atrair propostas com preços mais competitivos e reduzir o ônus administrativo de novas contratações frequentes;

1.5.2 Conhecimento Técnico Acumulado: A continuidade da mesma empresa na prestação do serviço permite o acúmulo de conhecimento histórico sobre as particularidades técnicas e o comportamento do equipamento instalado, facilitando diagnósticos mais precisos e manutenções corretivas mais céleres;

1.5.3 Transferência de Risco: O modelo que inclui o fornecimento integral de peças transfere à contratada o risco de flutuação de preços e logística de insumos por um período estendido, garantindo ao CRM-ES maior previsibilidade orçamentária e financeira ao longo do tempo;

1.5.4 Interesse Público: A manutenção ininterrupta assegura a continuidade do serviço público prestado nas dependências do CRM-ES, evitando transtornos de paralisações por falta de cobertura contratual vigente.

## **Prazo de vigência**

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) anos, contados do dia da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Eficiência Operacional e Sustentabilidade Administrativa: O Planejamento Estratégico do CRM-ES estabelece como meta a otimização dos processos internos. Ao alterar o modelo de contratação para incluir o fornecimento de peças pela contratada, a Administração reduz o número de processos de dispensa ou compras diretas emergenciais para cada componente danificado. Isso gera eficiência processual, liberando a equipe de licitações para demandas de maior complexidade e garantindo a celeridade na manutenção do patrimônio.

2.2. Qualidade no Atendimento ao Médico e à Sociedade: Um dos pilares estratégicos do Conselho é o fortalecimento da imagem institucional e a excelência no atendimento. A garantia de um elevador em pleno funcionamento é condição *sine qua non* para a acessibilidade e o acolhimento adequado dos médicos jurisdicionados e do público em geral que buscam os serviços da sede em Bento Ferreira, evitando transtornos de paralisações prolongadas.

2.3. Segurança e Gestão de Riscos: O Planejamento Estratégico prevê a mitigação de riscos institucionais. O modelo de manutenção preventiva rigorosa reduz a probabilidade de acidentes e falhas críticas. A inclusão de peças no contrato transfere o risco da oscilação de preços de mercado e da disponibilidade de estoque para a contratada, garantindo que o CRM-ES não fique desassistido por falta de insumos técnicos.

2.4. Continuidade do Serviço Público: Considerando que a sede do CRM-ES é um ambiente de prestação de serviço público essencial, a manutenção continuada cumpre o objetivo estratégico de manter a infraestrutura adequada para o desempenho das funções finalísticas de fiscalização e registro profissional.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual do CRM-ES de 2026, em seu item 08, devidamente aprovado na 36ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CRM-

<https://transparencia.crmes.org.br/index.php/licitacoes-contratos/plano-anual-de-contratacoes>

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. Descrição da solução como um todo.

3.1.1 De acordo com o item 5 deste Termo de Referência. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Gestão de Resíduos e Logística Reversa: A contratada é responsável pela retirada e destinação final ambientalmente adequada de óleos lubrificantes, baterias, estopas e componentes eletrônicos substituídos, conforme a Lei nº 12.305/2010.

4.1.2 Eficiência Energética: Preferência por componentes de menor consumo energético (como lâmpadas de LED para cabine) e equipamentos que reduzam o desperdício de recursos naturais.

4.1.3 Sustentabilidade Social: Garantia de acessibilidade plena e segurança para todos os usuários da edificação, promovendo a inclusão social através da manutenção da infraestrutura física de transporte vertical.

4.1.4 Produtos Sanitários: Uso de saneantes domissanitários biodegradáveis para a limpeza interna e externa das cabinas e soleiras, respeitando as normas da ANVISA.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação o elevador instalado na sede do CRM-ES é da marca Thyssen Sur.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo SEI 26.8.000000834-3, a Administração não aceitará o fornecimento de produtos/marcas que não sejam compatíveis com o elevador instalado na sede.

#### **Subcontratação**

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação em razão da baixa complexidade do Objeto em questão. “Artigo 96: A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos”.

## **Vistoria**

4.6. Há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.7. Os interessados deverão realizar avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por empregado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 às 19 horas.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos licitantes para realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a Vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da Vistoria.

4.10. O licitante terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos para Vistoria a ser agendado através do e-mail [licitacoes@crmes.org.br](mailto:licitacoes@crmes.org.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (Vide Anexo VII do Edital).

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto terá início imediatamente após receber a Ordem de Serviço.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no endereço da sede do CRM-ES. Rua Professora Emília Franklin Mululo, nº. 228, Bairro Bento Ferreira, Vitória/ES. CEP: 29050-730.

5.3. Os serviços de manutenção preventiva serão prestados no horário de expediente do CRM-ES, de segunda a sexta-feira, de 10:00h às 19:00h.

5.4. Os serviços de manutenção corretiva, pela natureza de sua necessidade, poderão ser requeridos a qualquer momento, sem restringir dias e horários.

5.5. Quando não puderem ser realizados em dias úteis, deverão ser realizados em finais de semana ou em horário noturno.

5.6. Nos casos em que as pendências impeçam as atividades essenciais da CONTRATANTE, os serviços serão prestados aos sábados, domingos e feriados, e nos períodos noturnos de segunda a sexta-feira, em regime de chamada eventual apenas para os casos de manutenção corretiva, excepcionais ou de urgência. Esses serviços deverão ser solicitados ou autorizados previamente pela CONTRATANTE.

5.7. A Contratante terá o direito de alterar os horários estabelecidos, respeitada a

jornada de trabalho diária, sempre que julgar necessário, bastando tão somente comunicar por escrito à CONTRATADA.

5.8.A Contratada deverá manter SERVIÇO DE EMERGÊNCIA 24 horas, destinado exclusivamente ao atendimento de chamados para normalização inadiável do funcionamento do elevador, podendo na ocasião aplicar materiais de pequeno porte.

5.9.A Contratada deverá manter PLANTÃO DE EMERGÊNCIA, 24 horas, destinado única e exclusivamente ao atendimento de chamados para soltar pessoas retidas em cabinas, ou para casos de acidentes.

## **ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS**

5.10. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

### **5.10.1 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

A manutenção preventiva deverá ser executada com base no Plano de manutenção preventiva, prescrições do fabricante, normas técnicas e demandas do gestor do contrato. Caso o Responsável Técnico da CONTRATADA julgue alterações necessárias e complementares, deverá submeter o assunto ao gestor do contrato.

#### **5.10.1.1. PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

5.10.1.1.1. **MENSALMENTE** deverão ser executados os seguintes serviços:

5.10.1.1.1.1. **POLIAS DE COMPENSAÇÃO E ESTICADORAS** - Inspeccionar quanto à excentricidade e lubrificar.

##### **5.10.1.1.1.2. QUADROS DE COMANDO:**

5.10.1.1.1.2.1.Fazer a remoção de poeira nos quadros

5.10.1.1.1.2.2.Inspeccionar as claves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos.

5.10.1.1.1.2.3.Inspeccionar e ajustar, se necessário, os temporizadores, reles, chaves com mau contato e circuitos de proteção.

5.10.1.1.1.2.4.Inspeccionar os leds de monitoração (interface homem/máquina) dos comandos microprocessados.

5.10.1.1.1.2.5.Anilhar cabos de comando e alimentador.

##### **5.10.1.1.1.3. CABINAS:**

5.10.1.1.1.3.1.Remover do lixo acumulado em toda a extensão das soleiras das cabinas.

5.10.1.1.1.3.2.Fazer a remoção de toda a poeira das faces internas e externas das portas.

5.10.1.1.1.3.3.Inspeccionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando da movimentação da cabina.

5.10.1.1.1.3.4.Fazer remoção de todo material depositado nas suspensões.

5.10.1.1.1.3.5.Inspeccionar excentricidade da polia da cabina.

5.10.1.1.1.3.6.Proceder à limpeza geral das barras articulares, lubrificando-as.

5.10.1.1.1.3.7.Fazer a remoção da poeira das grades de ventilação.

5.10.1.1.1.3.8.Fazer a remoção do lixo e da poeira da tampa do teto.

5.10.1.1.1.3.9. Limpar e inspecionar o funcionamento e nível de ruídos dos ventiladores.

5.10.1.1.1.3.10. Liberar o dispositivo de desengate para aplicação de fina camada de óleo.

5.10.1.1.1.3.11. Lubrificar os conjuntos operadores das portas e ajustar correias.

5.10.1.1.1.3.12. Inspecionar o funcionamento do motor e as condições das correias de acionamento.

5.10.1.1.1.3.13. Inspecionar o funcionamento dos aparelhos de comunicação.

5.10.1.1.1.3.14. Inspecionar o funcionamento das botoeiras, botão de chamada de emergência, sinalizadores e iluminação normal e de emergência.

5.10.1.1.1.3.15. Inspecionar o funcionamento da barra de proteção eletrônica.

5.10.1.1.1.3.16. Inspecionar o funcionamento do dispositivo que impede o movimento do carro com as portas abertas e que impede a abertura das mesmas com o carro em trânsito.

5.10.1.1.1.3.17. Inspecionar os terminais elétricos, na parte superior das cabinas, quanto ao estado geral e fixação.

5.10.1.1.1.3.18. Inspecionar os comandos localizados sobre a cabina.

5.10.1.1.1.3.19. Inspecionar excentricidade da polia da cabina.

5.10.1.1.1.3.20. Lubrificar polia da cabina.

#### **5.10.1.1.1.4. CABOS DE AÇO**

5.10.1.1.1.4.1. Limpar e lubrificar.

5.10.1.1.1.4.2. Inspecionar quanto ao desgaste, oxidação, redução de diâmetro e quebra de arames e tranças.

#### **5.10.1.1.1.5. CONTRAPESOS**

5.10.1.1.1.5.1. Ajustar a folga excessiva entre as corrediças deslizantes.

5.10.1.1.1.5.2. Inspecionar excentricidade da polia intermediária.

5.10.1.1.1.5.3. Lubrificar polia intermediária.

5.10.1.1.1.6. **EIXO SEM FIM** – Inspecionar o eixo sem fim e o controlador de velocidade.

#### **5.10.1.1.1.7. FREIOS**

5.10.1.1.1.7.1. Inspecionar o sistema de frenagem quanto a ruído, desgaste das sapatas, ovalização do tambor, terminais de ligação, abertura do freio, regulagem das molas, regulagem do percurso do núcleo, nivelamento na parada.

5.10.1.1.1.7.2. Lubrificar o conjunto de freios.

5.10.1.1.1.7.3. Limpar as sapatas e tambores, removendo todo lubrificante excedente.

#### **5.10.1.1.1.8. MOTOR DE CA**

5.10.1.1.1.8.1. Fazer a remoção da poeira do motor.

5.10.1.1.1.8.2. Inspecionar o motor quanto à temperatura de funcionamento e ruído. Estabelecer e submeter à aprovação do CONTRATANTE, parâmetros de normalidade.

#### **5.10.1.1.1.9. PÁRA-CHOQUE**

5.10.1.1.1.9.1. Inspecionar o nível de óleo do para-choque, completando-o se necessário.



5.10.1.1.1.9.2. Inspecionar o aperto das porcas braçadeiras de apoio.

5.10.1.1.1.9.3. Inspecionar espiras do para-choque tipo mola.

5.10.1.1.1.9.4. Inspecionar a integridade do para-choque tipo mola não linear.

#### 5.10.1.1.1.10. **PAVIMENTOS**

5.10.1.1.1.10.1. Fazer a remoção de todo o material depositado sobre as barras chatas de ferro (apoio das carretilhas).

5.10.1.1.1.10.2. Proceder à limpeza geral e inspecionar o estado das carretilhas e dos trincos, lubrificando os eixos destes componentes. Inspecionar as portas na atuação das carretilhas e do fechador mecânico.

5.10.1.1.1.10.3. Ajustar folga excessiva nas carretilhas excêntricas das suspensões das folhas das portas.

5.10.1.1.1.10.4. Inspecionar o nivelamento, aceleração e retardamento das cabinas em cada um dos pavimentos.

5.10.1.1.1.10.5. Inspecionar a simultaneidade da abertura das portas das cabinas com as de cada pavimento.

5.10.1.1.1.10.6. Inspecionar o funcionamento dos dispositivos de abertura manual das portas e dos dispositivos mecânicos de acionamento de emergência.

5.10.1.1.1.10.7. Inspecionar todos os botões de chamada e indicadores, visuais e sonoros de posição (térreo) e movimentação (todos os pavimentos).

5.10.1.1.1.10.8. Inspecionar a integridade dos perfis de borracha das portas dos pavimentos, substituindo-os, se necessário.

5.10.1.1.1.10.9. Varrer poço.

5.10.1.1.2. **BIMESTRALMENTE** deverão ser executados os seguintes serviços:

5.10.1.1.2.1. CABINAS – Inspecionar o desgaste dos coxins, ou roletes, ajustando se necessário.

5.10.1.1.2.2. CONTRAPESOS – Fazer a remoção de poeira da suspensão.

5.10.1.1.3. **SEMESTRALMENTE** deverão ser executados os seguintes serviços:

5.10.1.1.3.1. CABINAS

5.10.1.1.3.1.1. Testar o dispositivo de segurança que limita carga.

5.10.1.1.3.1.2. Testar o funcionamento de freio de segurança (teste estático), ajustando as velocidades de desarme.

5.10.1.1.3.1.3. Inspecionar botoeiras de emergência e comandos auxiliares acima da cabina.

5.10.1.1.3.2. CABOS DE AÇO – Ajustar tensões dos cabos de tração e compensação.

5.10.1.1.3.3. EIXO SEM FIM – Testar acionamento elétrico e mecânico controlador de velocidade.

5.10.1.1.4. **ANUALMENTE** deverão ser executados os seguintes serviços:

5.10.1.1.4.1. CAIXA – Lavar e aplicar novo lubrificante nas almas das guias de cabina e contrapesos.

5.10.1.1.4.2. FREIOS – Fazer teste de funcionalidade de freios de segurança e limitadores de velocidade, com fornecimento de Laudo.

#### 5.10.2 **DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

5.10.2.1. A manutenção corretiva tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo responsável técnico da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito, sendo o ônus das referidas peças da CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA deverá encaminhar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, relatório circunstanciado assinado pelo responsável técnico, especificando a causa e o tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças, componentes ou acessórios, discriminando-os tecnicamente.

5.10.2.2. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados à CONTRATANTE, que deverá atender solicitando autorização para execução dos serviços.

5.10.2.3. Para cada evento de manutenção corretiva identificado, deverá ser gerada imediatamente uma Ordem de Serviço Corretiva, mesmo que o problema ainda não possa ser resolvido.

5.10.2.4. A CONTRATADA deverá observar que, nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, equipamentos ou acessórios, o prazo para normalização do sistema será de, no máximo, 03 (três) dias corridos, após a aquisição das peças, se for o caso, pela CONTRATANTE;

5.10.2.5. Está incluído no valor a ser pago pela prestação do serviço toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo e transportes, necessários para reparar as peças dos equipamentos a serem mantidos, além de reparos que envolvam serviços externos de terceiros como: transporte, desmontagem, remontagem, enrolamento de motores, serviços de torno e solda, recuperação ou aferimento de componentes eletrônicos, resistores, inversores de frequência, etc.

### **5.10.3 DA ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS**

5.10.3.1. Os serviços prestados pela empresa CONTRATADA nos elevadores alcançam: máquina de tração, rolamentos, motor, freio, gerador, coletor e escovas, limitador de velocidade, painéis de comando, seletor, despacho, bobinas, relês, conjuntos eletrônicos, chaves e contatos, indicadores de pavimento nos andares, microprocessador, sistema de monitoração, módulo de potência, cabos de aço e cabos elétricos, aparelho seletor, fita seletora, pick-ups, cavaletes, polias de tração, desvio, esticadora, secundária e intermediária, limites, para-choques, guias, fixadores e tensores, armação de contrapeso e cabina, coxins, freio de segurança, carretilhas de portas, trincos, fechadores, garfos, rampas mecânicas e eletromagnéticas, operador elétrico, correias, correntes e cordoalhas, ventiladores, intercomunicadores, instalações elétricas associadas, sensores e controladores lógicos programáveis.

### **5.10.4 DA INCLUSÃO DE PEÇAS**

5.10.4.1. A contratada deverá fornecer, sem custo adicional, todas as peças originais ou equivalentes de performance superior, incluindo, mas não se limitando a: cabos de aço, polias, botoeiras, contatos elétricos, óleos lubrificantes e componentes do quadro de comando.

5.10.4.1.1. Está incluso no valor do contrato todo o ônus pelo fornecimento de materiais de consumo (óleos, graxas, estopas, lâmpadas, fiação, terminais) e todas as

demais peças de reposição técnica necessárias para restabelecer as condições ideais do sistema.

5.10.4.2. Tempo de Resposta: Atendimento a chamados de emergência em até 01 (uma) hora.

5.10.4.3. Prazos de Reparo: Máximo de 03 (três) dias corridos para normalização total do sistema em casos que exijam substituição de componentes.

#### **5.10.5 DA RECOMPOSIÇÃO DOS ITENS DE ACABAMENTO**

5.10.5.1. Toda e qualquer manutenção que ocasione quebra de alvenaria, forro, piso, revestimentos e demais itens de acabamento, tendo acontecido por dolo, imperícia, imprudência ou negligência da CONTRATADA, deverão ser recompostos, conforme padrão existente, sem ônus para o CRM-ES.

#### **5.10.6 DO PAGAMENTO ADICIONAL**

5.10.6.1. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos, os custos deverão estar incluídos no preço mensal do CONTRATO.

#### **5.10.7 DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.10.7.1. A empresa CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, mensalmente, Relatório de Manutenção Preventiva e Corretiva, contendo a descrição dos serviços realizados em cada equipamento, devendo constar: as peças e componentes substituídos, marca(s)/modelo(s), nº(s) de série e dos equipamentos reparados; data e hora de início e término dos serviços; condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados;

5.10.7.2. O relatório, bem como quaisquer laudos e pareceres serão assinados pelo engenheiro mecânico responsável da CONTRATADA e atestado pelo executor do contrato, ou por outro servidor indicado pela CONTRATANTE, sendo tal emissão condição básica para o pagamento dos serviços.

5.10.7.3. A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida pela contratada, discriminando as atividades contidas no relatório aprovado.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.11. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

5.12. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à limpeza, à conservação e à operação do elevador cuja manutenção seja objeto deste contrato.

5.13. Entende-se por Materiais de consumo os materiais necessários à realização das manutenções preventivas e corretivas do elevador e recomendados pelo fabricante, abaixo: ABRAÇADEIRAS, DETERGENTE, DESENGRAXANTE, DISJUNTOR, ESTOPA, FITA ISOLANTE, FITA DE AUTOFUSÃO, FUSÍVEL DE VIDRO, PEQUENO PORTE, GRAXA AMARELA, LÂMPADA FLUORESCENTE, PANO PARA LIMPEZA, REATOR ELETRÔNICO, ÓLEO LUBRIFICANTE E TERMINAIS ELÉTRICOS.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.14. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.10.8 Necessidade de manter em pleno funcionamento o elevador de seu prédio sede;

5.10.9 Necessidade de manutenções regulares do elevador de seu prédio sede, preventivas e corretivas, com o fornecimento de peças, se for o caso.

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

## **Recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos

fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal para fins de faturamento.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades

aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF



ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Reajuste**

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/05/2026.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cessão de Crédito**

7.44. O CRM-ES não recebe repasses do Governo Federal, sendo custeado exclusivamente por recursos próprios, principalmente através de anuidades pagas pelos médicos inscritos, multas e taxas administrativas decorrentes do exercício da fiscalização, outras receitas eventuais de registros de empresas médicas, etc.

7.45. Dessa forma, não há previsão orçamentária para operações financeiras que envolvam Cessão de Crédito, pois esta Autarquia não lida com créditos oriundos do Tesouro Nacional.

7.46. A legislação que rege as Autarquias Federais não prevê a cessão de créditos como uma prática usual, especialmente para órgãos que operam com recursos próprios e arrecadação direta. Além disso, a contabilidade pública exige que as receitas sejam utilizadas estritamente dentro do orçamento aprovado.

7.47. Dado que o CRM-ES não depende de repasses do Governo Federal e se mantém por arrecadação própria, a cessão de crédito não se justifica, pois poderia comprometer a autonomia financeira da Autarquia, gerar custos desnecessários e contrariar os princípios da administração pública. A gestão eficiente dos recursos arrecadados diretamente é a melhor estratégia para manter a sustentabilidade e a continuidade dos serviços prestados.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1,00% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1,0% (um por cento) a 10,0% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,01% (zero virgula zero um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,01% (zero virgula zero um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,01% (zero virgula zero um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em

hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP),

instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9 . FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Serão observados como critério de aceitabilidade os preços máximos definidos no Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no

Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação, comprovado por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32.2 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

## Qualificação Técnico Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. contratos que comprovem a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.

9.33.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.



9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5 A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

- 9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.43.6.7. última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 62.988,12 (sessenta e dois mil novecentos e oitenta e oito reais e doze centavos), conforme custos apostos na tabela contida no item 1.1.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, consignados na seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.33.90.39.011 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Plano Anual das Contratações do CRM-ES respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Vitória/ES, 16 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Crislayne de Moraes Lacerda Freitas, Técnica Administrativa**, em 10/06/2026, às 10:41, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4362383** e o código CRC **30439AA3**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,  
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |  
CEP 29050-730 | Vitória/ES -  
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000834-3 | data de inclusão: 10/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## MAPA DE RISCOS - CRM-ES/SECGER/GEADM/CPC

Vitória/ES, 10 de junho de 2026.

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 004/2026**  
**PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000834-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.023/2026**

### ANEXO II - MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

<b>MODALIDADE: Pregão Eletrônico</b>
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
<b>ETAPA: FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO:</b> Subdimensionar a estimativa de quantidade ou não verificar a real necessidade da contratação dos serviços de manutenção do elevador.
<b>PROBABILIDADE: (X) Baixa</b>
<b>IMPACTO: (X) Alto</b>
<b>D A N O :</b> Contratação em desacordo com a real necessidade da Administração; Risco de paralisação do elevador por ausência de peças ou escopo mal definido; Execução deficiente do objeto.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Participação ativa da área técnica demandante (Gerência Administrativa) no planejamento da contratação, de modo a mitigar riscos; Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando o fornecimento integral de peças e os prazos de início e conclusão dos serviços.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Comissão de Planejamento do CRM-ES
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Complementação das informações; Refazer o procedimento de planejamento; Revogar a contratação inadequada.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Presidência
<b>ETAPA: CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO:</b> Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação.

<b>PROBABILIDADE:</b> (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> (X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
<b>DANO:</b> Descumprimento de formalidade legal.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Adotar checklist dos procedimentos a serem adotados para o planejamento de contratação.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Presidente
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Presidente

<b>ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO:</b> Estudos preliminares deficientes.
<b>PROBABILIDADE:</b> ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Inexistência de contratação ou contratação mal fundamentada.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos previstos na legislação específica, incluindo análise de alternativas (manutenção com e sem peças incluídas) e levantamento do histórico do equipamento Thyssen Sur.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Equipe de Planejamento de Contratação do CRM-ES.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Equipe de Planejamento de Contratação do CRM-ES.

<b>ETAPA: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO:</b> Falha na elaboração do Termo de Referência.
<b>PROBABILIDADE:</b> ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Licitação fracassada ou inexistente; especificações técnicas insuficientes sobre o plano de manutenção preventiva, tempo de resposta e fornecimento de peças.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Elaborar checklist que identifique, no que couber, os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 e na IN SEGES correspondente. Revisar cuidadosamente o Termo de Referência, especialmente o plano de manutenção preventiva (ABNT NBR 16083), os SLAs e as cláusulas de fornecimento integral de peças.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor demandante.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Estudar o grau de insuficiência da contratação e refletir sobre a necessidade de reformulação do Termo de Referência e/ou na vantajosidade na revogação ou anulação do processo licitatório.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Equipe de Planejamento de Contratação/Diretoria.

<b>ETAPA: APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO:</b> Ausência de aprovação do Termo de Referência.
<b>PROBABILIDADE:</b> (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Atraso na contratação do objeto.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Adoção de checklist com item de aprovação do TR pela autoridade competente.

<b>RESPONSÁVEL:</b> Equipe de Planejamento de Contratação.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Presidente

<b>ETAPA: PESQUISA DE MERCADO</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO: Estimativa de preços inadequada.</b>
<b>PROBABILIDADE: (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>IMPACTO: ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto</b>
<b>DANO:</b> Realizar a licitação sem que haja interessados em participar devido às dificuldades de exequibilidade da proposta, ocasionando licitação deserta; Contratar o serviço com preço superior ao praticado no mercado (como ocorreu com a exclusão da proposta da UP Elevadores e da Holder, cujos preços ficaram fora da média), causando gastos desnecessários; Atraso na contratação do objeto.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Utilizar o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP para cotação dos itens a serem contratados; Pesquisa junto a órgãos públicos de contratações semelhantes (conforme já realizado na fase de ETP com 19 contratos pesquisados); Pesquisa direta com, no mínimo, 3 fornecedores, conforme art. 23, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor de Licitações e Contratos.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Utilizar da metodologia de MÉDIA para definição dos custos, excluindo valores discrepantes (abaixo ou acima da média). Revisar os preços encontrados, verificar se trata de objeto similar. Solicitar nova cotação caso não seja aceita.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor de Licitações e Contratos.

<b>ETAPA: DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO OU PREGOEIRO</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO: Ausência de designação formal da comissão de licitação ou do pregoeiro.</b>
<b>PROBABILIDADE: (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>IMPACTO: ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto</b>
<b>DANO:</b> Impedimento da realização do pregão.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Identificar no processo ato formal da autoridade competente designando a equipe do pregão e/ou pregoeiro.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Chefia do setor de Licitações e Contratos.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Providenciar o ato de designação da equipe de pregão.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Presidente

<b>ETAPA: PUBLICAÇÃO / DIVULGAÇÃO DO EDITAL</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO: Ausência de publicação do edital.</b>
<b>PROBABILIDADE: (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>IMPACTO: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto</b>
<b>DANO:</b> Anulação dos atos praticados.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Adoção de checklist contemplando o item "publicação/divulgação do edital" no PNCP e demais meios exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

<b>RESPONSÁVEL:</b> Comissão de Contratações / Pregoeiro.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Comissão de Contratação / Pregoeiro.

<b>ETAPA: ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO: Restrição da competitividade, impugnação do edital.</b>
<b>PROBABILIDADE: ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta</b>
<b>IMPACTO: ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto</b>
<b>DANO:</b> Atraso ou anulação da licitação. Custos para a Administração. Risco específico de cláusula restritiva ao exigir exclusividade de marca (Thyssen Sur) sem devida justificativa técnica.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Submissão do processo a análise da Procuradoria Jurídica. Verificar a existência de cláusulas nulas e/ou restritivas. Fundamentar adequadamente a indicação da marca do elevador instalado (Thyssen Sur), nos termos do art. 41, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Comissão de Contratação / Pregoeiro.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Readequação do edital com retirada de cláusulas nulas e/ou restritivas.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Comissão de Contratação / Pregoeiro.

<b>ETAPA: SELEÇÃO DO FORNECEDOR</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO: Interposição de Recurso por parte de licitantes.</b>
<b>PROBABILIDADE: ( ) Baixa ( ) Média (X) Alta</b>
<b>IMPACTO: ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto</b>
<b>DANO:</b> Atraso na contratação dos serviços de manutenção do elevador, com risco de solução de continuidade do contrato vigente que vence em 24/08/2026.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Conduzir o processo de modo a não ensejar situações causadoras de interposição de recursos, como desclassificação indevida, falha na análise da proposta, habilitação e outras.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Comissão de Contratação.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Realizar o julgamento do recurso com a maior celeridade possível, a fim de evitar a necessidade de contratação emergencial ou solução de continuidade.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Comissão de Contratação/Diretoria.

<b>ETAPA: SELEÇÃO DO FORNECEDOR</b>
<b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<b>RISCO: Selecionar Fornecedor Inadequado.</b>
<b>PROBABILIDADE: ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta</b>
<b>IMPACTO: ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto</b>
<b>DANO:</b> Contratação de empresa sem capacidade técnica para executar os serviços de manutenção do elevador Thyssen Sur, incluindo o fornecimento de peças originais ou equivalentes; Prejuízo ao erário.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Especificar no Termo de Referência as exigências mínimas de qualificação técnico operacional (atestado de 3 anos de experiência) e de qualificação profissional (engenheiro mecânico com registro no CREA/CFT), de modo que a empresa tenha condições de executar os serviços adequadamente.

<b>RESPONSÁVEL:</b> Pregoeiro/Comissão de Contratação
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Verificar durante o processo se o fornecedor encaminhou toda a documentação solicitada; Desclassificar a empresa caso não atenda os quesitos solicitados no Termo de Referência/Edital, garantindo o direito de defesa.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Pregoeiro/Comissão de Contratação

<b>ETAPA: FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Não assinatura do contrato.
<b>PROBABILIDADE:</b> (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Atraso na contratação dos serviços de manutenção do elevador. Risco de descontinuidade operacional da sede, comprometendo a acessibilidade. Custos para a Administração.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Verificação na fase de habilitação do certame de que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor de Licitações e Contratos.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Reabertura do certame e retorno de fases na licitação para convocação do fornecedor mais bem classificado.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor de Licitações e Contratos.

<b>ETAPA: PUBLICAÇÃO DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Falta de publicidade do ato administrativo.
<b>PROBABILIDADE:</b> (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
<b>DANO:</b> Descumprimento de formalidade legal.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Adoção de checklist contemplando o item "publicação do contrato" no PNCP e Portal Transparência do CRM-ES.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor de Licitações e Contratos.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Publicar o contrato tão logo seja detectada a ausência de publicidade.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor de Licitações e Contratos.

<b>ETAPA: DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade de fiscalização da manutenção de elevador.
<b>PROBABILIDADE:</b> (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato, especialmente na verificação técnica dos relatórios de manutenção preventiva e corretiva assinados pelo engenheiro mecânico da contratada.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato ou com capacidade de interpretar laudos técnicos de elevadores. Promover capacitação dos fiscais/gestores de contratos.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Presidente.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.



**RESPONSÁVEL:** Presidente.

**ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**Gestão do Contrato**

**RISCO:** Registro inadequado das ocorrências durante a fiscalização do contrato.

**PROBABILIDADE:** ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta

**IMPACTO:** ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

**DANO:** Comprometimento dos resultados esperados; dificuldade de aplicação do IMR (Instrumento de Medição de Resultado) e de glosas proporcionais.

**AÇÃO PREVENTIVA:** Exigir que a Contratada apresente mensalmente o Relatório de Manutenção Preventiva e Corretiva, assinado pelo engenheiro mecânico responsável. Notificação à Contratada por descumprimentos. Treinamento da equipe de fiscalização.

**RESPONSÁVEL:** Gestão e Fiscalização do contrato.

**AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:** Promover glosa do valor na nota fiscal com base no IMR. Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.

**RESPONSÁVEL:** Gestão e Fiscalização do contrato/Presidência.

**ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**Gestão do Contrato**

**RISCO:** Descumprimento do plano de manutenção preventiva mensal do elevador.

**PROBABILIDADE:** ( ) Baixa (x) Média ( ) Alta

**IMPACTO:** ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

**DANO:** Desgaste prematuro do equipamento Thyssen Sur; risco de acidentes por falta de inspeção dos dispositivos de segurança (freios, limitadores de velocidade, sensores de porta); comprometimento da acessibilidade na sede.

**AÇÃO PREVENTIVA:** Acompanhar a execução das visitas mensais previstas no plano de manutenção preventiva (item 5.9.1 do TR). Verificar o cumprimento de todos os itens previstos (mensal, bimestral, semestral e anual).

**RESPONSÁVEL:** Gestor e Fiscais.

**AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:** Aplicar as penalidades contratuais previstas (IMR/glosas) e exigir o cumprimento imediato do plano de manutenção, com readequação de cronograma.

**RESPONSÁVEL:** Gestor e Fiscais.

**ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**Gestão do Contrato**

**RISCO:** Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS.

**PROBABILIDADE:** ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta

**IMPACTO:** ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

**DANO:** Comprometimento da execução contratual/Prejuízo ao erário.

**AÇÃO PREVENTIVA:** Fiscalização ativa e efetiva na conferência da documentação. Comprovação da veracidade dos documentos junto aos sítios oficiais. Envio de notificações cobrando sobre os descumprimentos de cláusulas contratuais.

**RESPONSÁVEL:** Gestão e Fiscalização do contrato/Gerência Administrativa

<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Abertura de processo administrativo de penalização. Inclusão no SICAF. Encerramento do contrato se as pendências não forem sanadas.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Gerência Administrativa/Presidência

<b>ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Responsabilidade Solidária da Administração em Ações Trabalhistas.
<b>PROBABILIDADE:</b> ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Comprometimento da execução contratual/Prejuízo ao erário.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Fiscalização eficiente do contrato. Envio de notificações cobrando sobre os descumprimentos de cláusulas contratuais. Melhorar o treinamento dos Fiscais Administrativos.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Gerência Administrativa
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Abertura de processo administrativo de penalização. Inclusão no SICAF. Encerramento do contrato se as pendências não forem sanadas.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Gerência Administrativa/Presidência

<b>ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Impunidade da Empresa que comete fraude ou descumprimento contratual.
<b>PROBABILIDADE:</b> ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Comprometimento da execução contratual/Prejuízo ao erário.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Fiscalização eficiente do contrato. Comprovação da veracidade dos documentos e laudos técnicos. Envio de notificações cobrando sobre os descumprimentos de cláusulas contratuais.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Gerência Administrativa
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Abertura de processo de penalização. Inclusão no SICAF e, quando couber, no CADIN, da empresa penalizada. Encerramento do contrato.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Gerência Administrativa/Presidência

<b>ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Fornecimento de peças não originais ou incompatíveis com o elevador Thyssen Sur.
<b>PROBABILIDADE:</b> ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Comprometimento da segurança do equipamento; risco de acidentes; perda de garantia do fabricante; desgaste prematuro do elevador.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Exigir que todas as peças fornecidas sejam originais ou de performance equivalente/superior, conforme item 5.9.4 do TR. Verificar nos relatórios mensais as peças e componentes substituídos, com marca, modelo e número de série.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Gerência Administrativa.

<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Notificar a contratada para substituir as peças inadequadas às suas expensas, sem ônus para o CRM-ES. Aplicar penalidades contratuais cabíveis.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Gerência Administrativa.

<b>ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à Contratada.
<b>PROBABILIDADE:</b> (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Comprometimento da execução contratual/Prejuízo ao erário.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato (dotação 6.2.2.1.1.33.90.39.011 – Manutenção e Conservação de Imóveis) por parte dos responsáveis.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Contabilidade.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Encerramento do contrato. Contrato emergencial até realização de nova licitação.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestão e Fiscalização do contrato/Presidência

<b>ETAPA: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Prorrogação não vantajosa.
<b>PROBABILIDADE:</b> ( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Encerramento do contrato; necessidade de nova licitação com risco de paralisação do elevador.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Realizar pesquisa de preços com antecedência de, no mínimo, 90 dias do término da vigência, com vista a constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato (vigência inicial de 3 anos, prorrogável até 10 anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021).
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor de Licitações e Contratos.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Negociar junto à contratada preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório com antecedência.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor de Licitações e Contratos.

<b>ETAPA: ALTERAÇÕES DO CONTRATO</b>
<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma.
<b>PROBABILIDADE:</b> ( ) Baixa ( ) Média (X) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
<b>DANO:</b> Prejuízo ao erário.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades (art. 125 da Lei nº 14.133/2021). Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas, etc.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Setor Contábil, Gestor e Fiscais do Contrato.
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Realizar os ajustes necessários e adotar medidas de ressarcimento.

**RESPONSÁVEL:** Gestor e Fiscais do Contrato/Setor de Licitações e Contratos.

**ETAPA: REPACTUAÇÕES / REAJUSTES DO CONTRATO**

**Gestão do Contrato**

**RISCO:** Desequilíbrio do contrato; Uso de índices distintos dos fixados no contrato (IPCA).

**PROBABILIDADE:** ( ) Baixa (X) Média ( ) Alta

**IMPACTO:** ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

**DANO:** Prejuízo ao erário.

**AÇÃO PREVENTIVA:** Indicar, no contrato, o índice adequado para o reajuste (IPCA, conforme item 7.37 do TR) no caso de prorrogação contratual. Realizar pesquisa de mercado com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.

**RESPONSÁVEL:** Setor Contábil, Gestor e Fiscais do Contrato.

**AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:** Ajustar os preços conforme o contrato; reter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos.

**RESPONSÁVEL:** Gestor e Fiscais do Contrato/Setor de Licitações e Contratos.

**ETAPA: PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

**Gestão do Contrato**

**RISCO:** Não retenção dos valores dos impostos e encargos.

**PROBABILIDADE:** (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta

**IMPACTO:** ( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto

**DANO:** Responsabilização subsidiária e substituição tributária.

**AÇÃO PREVENTIVA:** Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços (Vitória/ES), bem como dos encargos sociais. Verificar a regularidade fiscal no SICAF antes de cada pagamento.

**RESPONSÁVEL:** Setor de Pagamentos.

**AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:** Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.

**RESPONSÁVEL:** Setor de Pagamentos.

**ETAPA: SANÇÕES**

**Gestão do Contrato**

**RISCO:** Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.

**PROBABILIDADE:** (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta

**IMPACTO:** ( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

**DANO:** Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.

**AÇÃO PREVENTIVA:** Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar, observando o art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e os prazos de defesa previstos no item 8.5 do TR (15 dias úteis).

**RESPONSÁVEL:** Setor de Licitações e Contratos/Gerência Administrativa

**AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:** Oferecer as garantias constitucionais (contraditório e ampla defesa) à empresa acusada.

**RESPONSÁVEL:** Setor de Licitações e Contratos/Gerência Administrativa

**ETAPA: ENCERRAMENTO DO CONTRATO**

<b>Gestão do Contrato</b>
<b>RISCO:</b> Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.
<b>PROBABILIDADE:</b> (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>IMPACTO:</b> ( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto
<b>DANO:</b> Prejuízo ao erário; encerramento do contrato sem a devida comprovação da ausência de pendências de peças substituídas ou financeiras.
<b>AÇÃO PREVENTIVA:</b> Verificar a inexistência de pendências de serviços ou financeiras, incluindo a devolução de materiais substituídos e o cumprimento das obrigações de logística reversa (resíduos perigosos).
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestor e Fiscais do contrato
<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:</b> Notificar a contratada para regularizar as pendências, reter valores até o limite do ressarcimento.
<b>RESPONSÁVEL:</b> Gestor e Fiscais/Setor de Licitações e Contratos.



Documento assinado eletronicamente por **Crislayne de Moraes Lacerda Freitas, Técnica Administrativa**, em 10/06/2026, às 10:41, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4362451** e o código CRC **702008D2**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,  
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |  
CEP 29050-730 | Vitória/ES -  
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000834-3 | data de inclusão: 10/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

Vitória/ES, 10 de junho de 2026

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 004/2026**  
**PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000834-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.023/2026**

### **ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

#### **1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ELEVADOR**

1.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

1.2. O CRM-ES utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultado - IMR, em consonância com as diretrizes da IN/MPDG 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada;

1.3. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR serem interpretadas como penalidades ou multas;

1.4. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do IMR, anexo indissociável do contrato;

1.5. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base nas ponderações atribuídas ao indicador, gerando o correspondente relatório de prestação de serviços executados;

1.6. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos

serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pelo CRM-ES, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada;

1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

1.8. O Fiscal, ao realizar a aferição e tomar ciência da execução dos serviços de forma total ou parcialmente indevida, notificará o Preposto da empresa, por escrito, preferencialmente por e-mail, e informará por indicador cada atividade mal executada ou não executada, observando a meta a cumprir no IMR;

1.9. Início da vigência do Instrumento de Medição de Resultado – IMR:

1.9.1. A partir da data de assinatura do contrato.

1.10. As sanções decorrentes do IMR não se confundem com as glosas e, resguardadas as demais sanções previstas no TERMO DE REFERÊNCIA e no Contrato.

1.11. Do sistema de pontuação:

1.11.1. O sistema de Pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência, desde que não implique inexecução total ou parcial do objeto, motivo da sanção administrativa.

1.11.2. As ocorrências são dispostas em níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, sendo que a faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

<b>Indicador: Atendimento à demanda dos serviços necessários ao CRM-ES</b>	
<b>Finalidade:</b>	Garantir a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador com qualidade, pontualidade e em conformidade com as normas técnicas e os níveis de serviço definidos no Termo de Referência.
<b>Meta a cumprir:</b>	Cumprimento integral dos prazos e condições definidos no Termo de Referência.
<b>Instrumentos de medição:</b>	Ordens de serviço, relatórios mensais de manutenção preventiva e corretiva, laudos técnicos, registros de chamados e comunicações formais.

<b>Forma de Acompanhamento:</b>	Aferição mensal pela fiscalização do contrato, considerando o cumprimento dos prazos de atendimento, a qualidade técnica das intervenções e a integridade do relatório mensal entregue pela Contratada.
<b>Periodicidade:</b>	Mensal.
<b>Mecanismo de cálculo:</b>	Somatório da pontuação das ocorrências registradas no período.
<b>Início da vigência:</b>	A partir da assinatura do contrato.

<b>Ocorrência:</b>	<b>Pontos:</b>
Deixar de indicar e manter o preposto responsável pela execução do contrato	1,0
Deixar de realizar a visita de manutenção preventiva mensal no prazo estabelecido no Termo de Referência	1,0
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante (por cada 24h de atraso)	1,0
Deixar de entregar o relatório mensal de manutenção preventiva e corretiva, ou entregá-lo sem as informações mínimas exigidas no Termo de Referência	2,0



Descumprir o prazo máximo de 02 (duas) horas para atendimento a chamados de emergência, conforme exigência do Termo de Referência	3,0
Descumprir o prazo de 03 (três) dias corridos para normalização do sistema após falha que exija substituição de peças ou componentes	2,0
Fornecer peças, componentes ou acessórios que não sejam originais ou equivalentes de performance superior, sem anuência da fiscalização do contrato	3,0
Descumprimento reiterado das orientações do Fiscal do Contrato	3,0

<b>Pontuação acumulada no período (manutenção de elevador)</b>	<b>Ajuste no pagamento</b>
<b>2 pontos</b>	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura.
<b>3 pontos</b>	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura.
<b>4 pontos</b>	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura.
<b>5 pontos</b>	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura.
<b>6 pontos</b>	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura.
<b>7 pontos</b>	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura.
<b>8 pontos</b>	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura.

**9 pontos**

**Desconto de 20% sobre o valor total da fatura.**



Documento assinado eletronicamente por **Crislayne de Moraes Lacerda Freitas, Técnica Administrativa**, em 10/06/2026, às 10:41, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4362556** e o código CRC **07C99A75**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,  
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |  
CEP 29050-730 | Vitória/ES -  
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000834-3 | data de inclusão: 10/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## **MINUTA DE CONTRATO**

Vitória/ES, 10 de junho de 2026

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM/ES Nº. 004/2026**  
**PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000.834-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.023/2026**

### **ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**  
**CRM-ES Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI O**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO E A EMPRESA**  
**XXXXXXXXXXXXXX.**

**O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, autarquia federal fiscalizadora do exercício ético profissional da Medicina, criada pelo Decreto-Lei nº 7.955, de 03 de setembro de 1945 e organizada pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.300.999/0001-18, com sede na Rua Professora Emília Franklin Mululo nº 228, Ed. Alzir Bernardino Alves, Bairro Bento Ferreira, na cidade de Vitória/ES, CEP: 29.050-730, endereço eletrônico oficial para contato: presidencia@crmes.org.br, neste ato representado por sua Presidente, KAROLINE CALFA PITANGA, brasileira, casada, médica, inscrito no CRM-ES sob o nº 6411, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa xxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, estabelecida em: xxxxxxxxxxxxxxxxx; endereço eletrônico oficial para contato (e-mail) xxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxxx, RG Nº xxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Licitatório CRM/ES nº 004/2026 – Processo SEI nº 26.8.000000.834-3 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico CRM-ES 90.023/2026, mediante as

cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR MENSAL	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL TRIENAL
1	Prestação de serviços de manutenção do elevador da sede do CRM-ES.	3557	SERVIÇO	R\$ XXXXX	36 MESES	R\$ XXXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **03 (três) anos** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou

amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6.O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx), totalizando o valor trienal de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx).

5.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo

## **CONTRATADO;**

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial do CRM-ES para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo,

Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho

de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



10.8. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios específicos consignados no Orçamento de 2026. Dotação Orçamentária: **6.2.2.1.1.33.90.39.011 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS.**

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Vitória/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Vitória, XX de XXXXXXX de 2026.

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONTRATANTE

## EMPRESA XXXXXXXX CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

1 - XXXXXXXXXXXXX

2 - XXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **Crislayne de Moraes Lacerda Freitas, Técnica Administrativa**, em 10/06/2026, às 10:41, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4362568** e o código CRC **B33C3ECB**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,  
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |  
CEP 29050-730 | Vitória/ES -  
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000834-3 | data de inclusão: 10/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## PROPOSTA DE PREÇOS

Vitória/ES, 10 de junho de 2026

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 004/2026**  
**PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000834-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.023/2026**

### ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pela presente, declarando inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e às cláusulas e condições constantes do Edital de Licitação Pregão Eletrônico CRM-ES e seus Anexos Nº 90.023/2026, vimos apresentar nossa Proposta de Preço, observadas todas as estipulações do correspondente Edital e seus Anexos; asseverando o que se segue.

**OBJETO:** Contratação serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra para este CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos constantes do Edital da licitação supracitada.

\_\_\_\_\_ ,

CNPJ: \_\_\_\_\_

com Sede à \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão Eletrônico CRM/ES 90.023/2026, vem apresentar a presente proposta.

**Valor Global Trienal:** \_\_\_\_\_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR MENSAL	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL TRIEINAL

<b>1</b>	Prestação de serviços de manutenção do elevador da sede do CRM-ES.	3557	SERVIÇO	R\$ xxx	36 MESES	R\$ xxxx
----------	--	------	---------	---------	----------	----------

**Validade da proposta** (mínimo 60 dias): \_\_\_\_\_

**Dados Bancários:**

Banco \_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

Obs.: Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação.

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone/e-mail para contato: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Representante Legal**



Documento assinado eletronicamente por **Crislayne de Moraes Lacerda Freitas, Técnica Administrativa**, em 10/06/2026, às 10:42, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **4362609** e o código CRC **A320BD6F**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,  
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |  
CEP 29050-730 | Vitória/ES -  
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000834-3 | data de inclusão: 10/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## TERMO DE CIÊNCIA

Vitória/ES, 10 de junho de 2026

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 004/2026**  
**PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000834-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.023/2026**

### ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

**CONTRATO CRM-ES SEI Nº.: XXXX**

**OBJETO:** Contratação serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra para este CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, de acordo com as condições constantes no Edital e seus anexos; conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Pregão n. 90.023/2026, para atendimento ao Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo.

**Contratante:** Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo – CRM-ES

**Contratada:** xxxxxx

**CNPJ:** xxxxxx

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na **CONTRATANTE**, comprometendo-se a manter o mais estrito sigilo sobre todos os dados e informações a que tiverem acesso em razão da execução dos serviços.

### CIÊNCIA CONTRATADA - Funcionários e técnicos

Nome:

CPF/Identidade:

Cargo:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome:

CPF/Identidade:

Cargo:

Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Crislayne de Moraes Lacerda Freitas, Técnica Administrativa**, em 10/06/2026, às 10:42, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4362636** e o código CRC **39593F90**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,  
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |  
CEP 29050-730 | Vitória/ES -  
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000834-3 | data de inclusão: 10/06/2026





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## DECLARAÇÃO

Vitória/ES, 10 de junho de 2026

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 004/2026**  
**PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000834-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.023/2026**

### ANEXO VIII - MODELOS DE DECLARAÇÕES DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA

#### **MODELO 1: DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

*(Para ser preenchido caso a empresa realize a visita agendada via [licitacoes@crmes.org.br](mailto:licitacoes@crmes.org.br)).*

#### **DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

À Comissão de Contratação do **Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo**

**Ref.: Pregão Eletrônico CRM-ES nº 90.023/2026.**

**OBJETO:** Contratação serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra para este CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], por intermédio de seu representante legal/responsável técnico, o(a) Sr(a). [Nome do Representante], portador(a) da identidade nº [Número do RG], declara que:

1. Efetuou, nesta data, vistoria prévia nas instalações da sede do CRM-ES, localizada na Rua Professora Emília Franklin Mululo, 228, Bairro Bento Ferreira, Vitória/ES.
2. Tomou pleno conhecimento da estrutura, instalação, funcionamento, condições e peculiaridades do elevador da sede do CRM-ES.
3. Recebeu todos os esclarecimentos necessários para a elaboração de sua proposta comercial, estando ciente das exigências de suporte e manutenção com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios previstas.

[Cidade/UF], [Dia] de [Mês] de 2026.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Responsável Técnico/Legal]  
[Nome e CPF]

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 004/2026**  
**PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000834-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.023/2026**

**MODELO 2: DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

(Para ser utilizado caso a empresa opte por não realizar a visita física).

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO (DISPENSA DE VISTORIA)**

À Comissão de Contratação do **Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo**

**Ref.: Pregão Eletrônico CRM-ES nº 90.023/2026.**

**OBJETO:** Contratação serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador Thyssen Sur (03 andares) localizado na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, com fornecimento integral de peças, componentes e acessórios, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra para este CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], por intermédio de seu responsável técnico, o(a) Sr(a). [Nome do Profissional], declara, sob as penas da lei e em conformidade com o item 4.47 do Termo de Referência, que:

1. Optou por **não** realizar a vistoria prévia nas instalações onde os serviços serão executados.
2. Possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, bem como da infraestrutura atual do CRM-ES.
3. Assume total responsabilidade por eventuais dificuldades técnicas ou ônus decorrentes da execução dos serviços, não podendo alegar desconhecimento das instalações ou detalhes do local para embasar futuras reclamações ou pedidos de alteração contratual.
4. Declara que as informações constantes no Termo de Referência e seus anexos são suficientes para a elaboração de sua proposta técnica e comercial.

[Cidade/UF], [Dia] de [Mês] de 2026.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Responsável Técnico]  
[Nome e CPF]



Documento assinado eletronicamente por **Crislayne de Moraes Lacerda Freitas, Técnica Administrativa**, em 10/06/2026, às 10:42, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4362715** e o código CRC **36A3B1C2**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,  
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |  
CEP 29050-730 | Vitória/ES -  
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000834-3 | data de inclusão: 10/06/2026